



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA THATIA CORRÊA SCHMILDT, VICE-PRESIDENTE, E DOUTOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ – RJ**

Concorrência Pública nº 01/2024

Processo Administrativo nº 15491/2023

**QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.921.551/0001-81, com sede à Av. Olinda, nº 960, Quadra H-4, Lote 01/03, 23º andar, Salas nº 2303/2307, Park Lozandes – Goiânia/GO, CEP nº 74.884-120; endereço eletrônico: [licitacao@quebecambiental.com.br](mailto:licitacao@quebecambiental.com.br), telefones nº (62) 3246-0099 / (62) 3246-0211, vem, por intermédio de sua representante legal, tempestivamente, apresentar

### **CONTRARRAZÕES**

em face do infundado recurso administrativo interposto pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.354.917/0001-10, doravante denominada Recorrente, no âmbito da Concorrência nº 01/2024, o qual não deve prosperar sob nenhum aspecto, conforme os fatos e fundamentos que a seguir passa-se a expor, fundamentar e comprovar, para ao final requerer.

### **I - TEMPESTIVIDADE**

1. A contrarrazão é tempestiva, uma vez apresentada dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação aos licitantes (16/10/2024), nos termos do artigo 109, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e item 13.2.4 do edital licitatório. Apresentadas as contrarrazões na presente data, manifesta a sua tempestividade.

### **II – CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA**

2. O Município de Maricá, no Estado do Rio de Janeiro, por meio da Comissão Permanente de Licitação, publicou edital licitatório, na modalidade Concorrência Pública nº 01/2024, do tipo Menor Preço Global, decorrente do Processo Administrativo nº 15491/2023, sob a égide da Lei nº 8.666/93.

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt. 01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307

Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

Este documento foi assinado digitalmente por Talina De Oliveira Pires. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> ou utilize o código E6DC-CD16-6468-2C0F.

(62) 3246-0211/ 0099

Este documento foi assinado digitalmente por Talina De Oliveira Pires. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> ou utilize o código E6DC-CD16-6468-2C0F.

3. O objeto licitado refere-se à remediação ambiental de área degradada, onde operou o antigo vazadouro de lixo à céu aberto de Itapeba.
4. A sessão pública para recebimento dos envelopes ocorreu no dia 07/10/2024, às 14h, e contou com a participação de quatro empresas: (i) Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A; (ii) União Norte Fluminense e Comércio Ltda; (iii) Construtora Zadar Ltda; e (iv) Áries Empreendimentos e Serviços Ltda.
5. Em 09/10/2024, após a abertura do envelope 01, correspondente à documentação de habilitação das licitantes, esta Administração procedeu à análise completa dos documentos apresentados. Ao término da análise, deliberou-se pela correta inabilitação das empresas **Construtora Zadar e Áries Empreendimentos** e pela habilitação das empresas Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A e União Norte Fluminense e Comércio Ltda.
6. Aberta a fase recursal, a empresa **União Norte Fluminense** interpôs recurso administrativo onde pugnava pela inabilitação da Recorrida, Quebec, com base nos seguintes e infundados questionamentos:
  - (i) Suposto descumprimento das exigências relativas à contratação de aprendizes, sustentando que a declaração apresentada pela Recorrida, na qual esta informa não empregar menores de 18 anos, seria irregular, sem, contudo, demonstrar de forma cabal o fundamento de sua argumentação, em suposta distorção da realidade dos fatos;
  - (ii) Suposta divergência nos quantitativos previstos no atestado de capacidade técnica apresentado pela Recorrida emitido pelo próprio Município de Maricá/RJ.
7. Contudo, as razões recursais apresentadas pela Recorrente não possuem qualquer embasamento na realidade dos fatos, tampouco guarda qualquer pertinência com as exigências legais e editalícias. Trata-se de uma suposta tentativa de tumultuar o regular prosseguimento do certame, contando com suposta distorção dos fatos apresentados, eis que, na realidade, a habilitação da Recorrida encontra pleno amparo na disposições legais e editalícias.
8. Passa-se, pois, à demonstração detalhada dos equívocos suscitados pela Recorrente, tendo em vista que a própria realidade fática demonstra a necessidade de desprovemento integral das infundadas razões recursais apresentadas, consoante as razões técnicas e jurídicas abaixo expostas:

### III – RAZÕES QUE AMPARAM A DECISÃO QUE JULGOU PELA CORRETA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA

#### II.1) Da Ausência de Exigência de Cota de Aprendiz na Lei nº 8.666/93. Inaplicabilidade das Exigências da Lei nº 14.133/2021 ao Presente Certame. Suposta Distorção da Realidade Fática.

9. Antes de adentrar no mérito do recurso interposto, faz-se necessário esclarecer que este certame, Concorrência Pública nº 01/2024, é integralmente regido pela **Lei nº 8.666/93**, conforme estabelecido no edital. Assim, qualquer eventual tentativa de aplicação de dispositivos da **Lei nº 14.133/2021** ao presente certame é equivocada e destituída de amparo legal.

10. A Recorrente, ao invocar preceitos da nova legislação como base para inabilitação da Recorrida, supostamente distorce a realidade dos fatos ocorridos no presente certame, de modo a supostamente tentar confundir a Administração com exigências inaplicáveis ao caso em tela. **Explicamos:**

11. Em seu recurso, a Recorrente sustenta que a Recorrida não teria comprovado, na fase de habilitação, o cumprimento do quantitativo mínimo de aprendizes, e que a declaração apresentada pela Recorrida, de que não emprega menores de 18 anos, seria irregular por não mencionar a contratação de aprendizes. Segundo a Recorrente, tal omissão supostamente deveria ensejar a inabilitação da Recorrida.

12. No entanto, o edital da Concorrência Pública nº 01/2024, assim como a legislação aplicável ao certame – **Lei nº 8.666/93** – **não exige, em nenhum de seus dispositivos, a comprovação da cota de aprendizes como requisito de habilitação nas licitações públicas.** A legislação mencionada não impõe essa obrigação na fase de habilitação, sendo esta uma exigência prevista apenas no âmbito da **Lei nº 14.133/2021**, que, conforme já estabelecido, **não rege o presente certame.**

13. **Repisa-se: A exigência de cumprimento ao quantitativo mínimo relativo à cota de aprendizes para fins de habilitação é prevista apenas no âmbito da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).** No entanto, como já demonstrado, essa nova legislação não rege o presente certame, uma vez que este é conduzido sob a égide da **Lei nº 8.666/93.**

14. A eventual exigência de atendimento ao quantitativo mínimo relativo à cota de aprendizes, tal como sugerido pela Recorrente, no âmbito da Lei nº 8.666/93, é **manifestamente ilegal**, uma vez que tal obrigação **não está prevista no rol taxativo** dos requisitos de habilitação estipulados por essa lei. A Lei nº 8.666/93, nos seus artigos que tratam da habilitação dos licitantes, delimita claramente quais documentos são exigíveis, de modo que não cabe à Administração Pública exigir documentos ou comprovações que extrapolem esses limites.

15. Portanto, a tentativa da Recorrente de impor uma exigência fundamentada na Lei nº 14.133/2021 à fase de habilitação deste certame, regido pela Lei nº 8.666/93, é completamente improcedente e carece de amparo legal. A legislação aplicável ao presente procedimento licitatório não prevê, em momento algum, a necessidade de comprovação ao quantitativo mínimo de cota de aprendizes como requisito de habilitação.

16. A única exigência prevista na legislação refere-se ao **artigo 27, inciso V**, que dispõe sobre a necessidade de cumprimento do inciso XXXIII do **artigo 7º da Constituição Federal**, nos termos:

*Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:*  
**V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

17. Esse dispositivo constitucional para o qual a Lei 8.666/93 faz remissão trata da **proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito anos e da proibição de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos**. Veja:

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*  
**XXXIII — proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;**

18. Portanto, o que se exige para habilitação em licitações públicas regidas pela Lei nº 8.666/93 é tão somente que a empresa licitante **não empregue menores de 18 anos em condições vedadas, e que, caso empregue menores, estes estejam regularmente na condição de aprendizes.**



19. Tal exigência é plenamente cumprida pela empresa QUEBEC, conforme a declaração apresentada durante a fase de habilitação.

20. Isso porque a QUEBEC, de fato, não emprega menores em condições proibidas pela legislação e, quando emprega menores, o faz estritamente na condição de aprendizes, em total conformidade com as exigências do artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e art. 27, inciso V da Lei 8.666/93.

21. Trata-se justamente do que está descrito na declaração apresentada pela QUEBEC neste certame, eis que a declaração dispõe sobre o não emprego de menores de 18 (dezoito) anos em condições vedadas pela Constituição.

22. A contratação de aprendizes não se confunde com a inserção de menores em atividades insalubres ou perigosas. Os aprendizes, ao serem contratados, recebem orientação e capacitação profissional em um ambiente seguro, em conformidade com a Lei nº 10.097/2000 e o Decreto nº 5.598/2005. A atuação da QUEBEC nesse aspecto é irrepreensível.

23. Além disso, é importante destacar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido pelo artigo 41 da Lei nº 8.666/93, que determina que a Administração Pública e os licitantes estão estritamente vinculados às disposições e exigências previstas no edital. Qualquer exigência ou critério que não esteja previsto de forma clara e expressa no edital não pode ser considerado para efeitos de habilitação ou julgamento de propostas.

24. Dispõe a Lei nº 8.666/93 em seus artigos 3º e 41:

**Art. 3º** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

**Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

25. A legislação, portanto, é clara ao afirmar que tanto a Administração quanto os licitantes **devem seguir fielmente o que está estabelecido no edital**, não podendo ser exigido ou cobrado mais do que o que está expressamente previsto no instrumento convocatório. O edital é a lei interna da licitação, e qualquer tentativa de ampliar ou modificar seus requisitos, como fez a Recorrente ao tentar aplicar a Lei nº 14.133/2021, fere esse princípio basilar.

26. No presente certame, o edital **não prevê como requisito de habilitação** a comprovação do cumprimento da cota de aprendizes na fase de habilitação. O que se exige, nos termos do **artigo 27, inciso V**, da Lei nº 8.666/93, é a observância das disposições constitucionais relativas ao emprego de menores, mais especificamente o **artigo 7º, inciso XXXIII**, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho de menores de 18 anos em condições noturnas, perigosas ou insalubres e de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

27. Assim, a **QUEBEC**, ao apresentar a declaração de que **não emprega menores de 18 anos em condições vedadas**, cumpriu integralmente as exigências do edital e da legislação aplicável. Qualquer exigência adicional, como quer a Recorrente, seria **ilegal**, violando o princípio da vinculação ao edital e impondo critérios que não foram previamente previstos no instrumento convocatório.

28. Portanto, ao contrário do que tenta fazer crer a Recorrente, a **QUEBEC não descumpriu qualquer disposição legal ou editalícia**, tendo apresentado toda a documentação exigida pelo edital e pela Lei nº 8.666/93 de forma clara e transparente, o que **ratifica sua plena habilitação no certame**.

**II.3) Das Supostas Divergências nos Quantitativos do Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura de Maricá e os Quantitativos Licitados no Certame para a Comprovação da Qualificação Técnica Da Recorrida.**

29. A Recorrente alega, em sede de recurso, a existência de supostas divergências entre os quantitativos constantes no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura de Maricá, apresentado pela Recorrida, e os quantitativos licitados no certame que originou este Atestado. Todavia, tal alegação recursal também **não merece acolhimento** quando analisado sob a luz da realidade contratual e das modificações legítimas ocorridas durante a execução do contrato.

30. Antes de adentrar ao mérito da questão, é imprescindível ressaltar que o **Atestado de Capacidade Técnica foi emitido pela própria Prefeitura de Maricá**, contratante do objeto, o que atesta a fidedignidade das informações nele contidas. Sendo assim, **qualquer eventual dúvida quanto aos quantitativos executados pode ser facilmente sanada pela própria Administração**, que tem plena capacidade de realizar diligências internas para confirmar os números constantes no documento.

31. Em relação aos quantitativos previstos, é imperativo esclarecer que as divergências apontadas pela Recorrente decorreram de **alterações contratuais formais**, legitimamente realizadas por meio de **Termos Aditivos ao Contrato nº 351/2022**, conforme documento anexo. Tais termo aditivo foram celebrados em conformidade com o disposto no **artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93**, e promoveram **acréscimos aos quantitativos de serviços originalmente contratados**.

32. Nos termos do artigo 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, é permitido o acréscimo de até 25% sobre o valor original do contrato, sendo essa uma prática usual em contratos administrativos, principalmente em obras de engenharia, nas quais frequentemente se identificam necessidades adicionais que fogem à previsão inicial.

33. **No caso em questão, através dos Termos Aditivos celebrados, o contrato foi prorrogado e houve um acréscimo nos quantitativos dos serviços envolvidos, conforme exemplifica-se pelo Termo Aditivo nº 02 do Contrato nº 351/2022. Veja:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
www.marica.rj.gov.br

TERMO N.º 68/2024

TERMO ADITIVO N.º 02 DO CONTRATO N.º 351/2022,  
VISANDO A SUA PRORROGAÇÃO, ACRÉSCIMO E  
SUPRESSÃO DE QUANTIDADES

[...]

- I. Prorrogação do prazo de vigência do contrato n.º 351/2022, por mais 90 (noventa) dias, de 17 de março de 2024 até 15 de junho de 2024, amparada no disposto no artigo 57, I, da Lei Federal 8.666/93;
- II. Alteração Quantitativa, com o acréscimo de 23,71%, referentes aos seguintes itens com fundamento no disposto no artigo 65, I, "b", e §1º, da Lei n.º 8.666/93.

| ITEM | FONTE | CÓDIGO | DESCRIÇÃO | UNIDADE |
|------|-------|--------|-----------|---------|
|------|-------|--------|-----------|---------|

(...)

|       |        |               |   |        |
|-------|--------|---------------|---|--------|
| 5.1.1 | EMOP   | 03 010.0020-A | MATERIAL DE 1ª CATEGORIA PARA ATERROS, COMPREENDENDO: ESCAVACA O, CARGA, TRANSPORTE A 1KM EM CAMINHÃO BASCULANTE E DESCARGA, CONSIDERANDO O VOLUME NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DE 1,00M3 DE MATERIAL COMPACTADO                               | m³     |
| 6.1.1 | EMOP   | 01 006.0004-A | DESMATAMENTO E LIMPEZA DE TERRENOS COM TRATOR DE ESTEIRAS COM POTÊNCIA EM TORNO DE 200CV  | m²     |
| 7.1.1 | SINAPI | 9077          | ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)   | m³     |
| 7.1.2 | SINAPI | 97915         | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018   | t x km |
| 7.2.1 | EMOP   | 06 095.0020-A | GEOMEMBRANA EM PEAD, ESPESURA 2,0MM, EM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE, APLICAÇÕES DE CONTENÇÃO DE FLUIDOS E RESÍDUOS, INCLUSIVE SOLDAS POR TERMOFUSÃO, ABRACADEIRAS, INSERTEIS, CONEXÕES E DEMAIS ACESSÓRIOS. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO | m²     |
| 9.1.1 | SINAPI | 9077          | ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)   | m³     |
| 9.1.2 | SINAPI | 97915         | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018   | t x km |

QUEBEC AMBIENTAL S/A – Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 N.º 960 – 23º andar – salas 2303/2307

Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código E6DC-CD16-6468-2C0F.

(62) 3246-0211/ 0099

Este documento foi assinado digitalmente por Talitha De Oliveira Pires  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código E6DC-CD16-6468-2C0F.



|       |        |               |  |        |
|-------|--------|---------------|--|--------|
| 9.2.1 | EMOP   | 06.095.0013-A | GEOMEMBRANA EM PEAD, ESPESSURA 0,8MM, EM REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE APLICACOES DE CONTENCAO DE FLUIDOS E RESIDUOS, INCL USIVE SOLDA POR TERMOFUSAO, ABRACADEIRAS, INSERTES, CONEXOES E DEMAIS ACESSORIOS. FORNECIMENTO E COLOCACAO | m²     |
| 9.1.3 | EMOP   | 06.100.0010-A | MANTA GEOTEXTIL DE 100% POLIPROPILENO OU 100% POLIESTER, EM DRENOS SUBTERRANEOS, FORNECIMENTO E COLOCACAO  | m²     |
| 9.4.1 | SINAPI | 6077          | ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)  | m³     |
| 9.4.2 | SINAPI | 97915         | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3 EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018   | t x km |
| 9.5.1 | SINAPI | 6077          | ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)  | m³     |
| 9.5.2 | SINAPI | 97915         | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3 EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018   | t x km |

34. Dessa forma, não há qualquer discrepância ou irregularidade a ser apontada, visto que todas as modificações quantitativas foram devidamente formalizadas e realizadas dentro dos parâmetros legais aplicáveis.

35. As alegações de divergência nos quantitativos apontadas pela Recorrente são desprovidas de fundamento, uma vez que a Recorrida, ao comprovar sua capacidade técnica, baseou-se nos quantitativos efetivamente executados, conforme o Contrato e os respectivos Termos Aditivos anexos. Todos os atos foram conduzidos com total transparência e em estrita observância aos parâmetros legais, de modo que os quantitativos constantes no Atestado de Capacidade Técnica estão plenamente em conformidade com o contrato e termos aditivos firmados entre as partes, de modo que não há qualquer irregularidade a ser apontada.

36. A suposta divergência apontada, longe de representar uma falha ou inconsistência na documentação apresentada pela Recorrida, encontra respaldo nos instrumentos contratuais e deve ser interpretada como uma evolução natural da execução do objeto contratual, devidamente documentada e prevista pela legislação e pelos aditivos que regem a execução da obra.

37. Cumpre ressaltar, mais uma vez, que o atestado em comento, apresentado pela QUEBEC neste certame, foi emitido pela própria Prefeitura de Maricá/RJ, entidade responsável pela

contratação, fiscalização e pelo acompanhamento da execução do contrato. Portanto, o documento reflete com autenticidade e veracidade as informações oficiais sobre a execução dos serviços contratados, conforme atestado pela própria Prefeitura.

38. No entanto, caso haja qualquer dúvida quanto aos quantitativos executados e mencionados no atestado de capacidade técnica, a própria Prefeitura de Maricá/RJ, que possui pleno conhecimento da execução contratual, **pode realizar diligências internas para confirmar e ratificar a correção dos quantitativos**, dissipando eventuais questionamentos levantados pela Recorrente.

39. Nesse contexto, o artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93 estabelece o seguinte:

*Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

**§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. – grifou-se.**

40. Na sua obra, Marçal Justen Filho aborda de maneira esclarecedora o poder-dever da Administração na condução de diligências, conforme mencionado por ele:

***“A realização da diligência não é uma simples “faculdade” da Administração, a ser exercitada segundo juízo de conveniência e oportunidade. A relevância dos interesses envolvidos conduz à configuração da diligência como um poder-dever da autoridade julgadora. Se houver dúvida ou controvérsia sobre fatos relevantes para a decisão, reputando-se insuficiente a documentação apresentada, é dever da autoridade julgadora adotar as providências apropriadas para esclarecer os fatos. Se a dúvida for sanável por meio de diligência, será obrigatória a sua realização.” (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitação e Contratos Administrativos, 16ª ed, Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pág. 804.) (grifou-se)***

41. Assim, qualquer dúvida levantada pela Recorrente quanto aos quantitativos executados **não compromete a veracidade do atestado**, uma vez que a Prefeitura possui total capacidade e autoridade para esclarecer e ratificar tais informações por meio de diligências, se entender necessário.

42. Nesse contexto, requer-se o **desprovemento** do recurso interposto, considerando que as justificativas documentais robustas apresentadas para os quantitativos atestados são plenamente capazes de comprovar sua qualificação técnica, sem qualquer prejuízo à legalidade do certame.

#### IV – PEDIDOS

43. Por todo o exposto, requer-se:

a) o **desprovemento integral** do infundado recurso interposto pela empresa **UNIÃO NORTE FLUMINENSE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**, com a manutenção da decisão que julgou corretamente pela **habilitação** da empresa Recorrida, considerando que:

- ✓ A habilitação da Recorrida foi realizada de maneira regular e em estrita conformidade com as disposições do edital e da legislação aplicável, de modo que não há qualquer fundamento que justifique a reforma da decisão que a habilitou.
- ✓ A exigência de comprovação do quantitativo mínimo de aprendizes não se aplica a este certame, o qual é regido pela Lei nº 8.666/93, e não pela Lei nº 14.133/2021, conforme já demonstrado.
- ✓ A Recorrida informou corretamente que **não emprega menores de 18 anos em atividades vedadas pela Constituição Federal**, conforme estabelece o art. 7º, XXXIII.
- ✓ Qualquer eventual tentativa de inabilitar a Recorrida com base nessa questão é, portanto, **desprovida de amparo legal**, já que a referida exigência não encontra respaldo na legislação aplicável a este certame;
- ✓ As alegações recursais acerca da suposta divergência nos quantitativos do Atestado de Capacidade Técnica são completamente **improcedentes**, uma vez que tais divergências foram devidamente justificadas por meio dos Termo Aditivo celebrado, os quais promoveram acréscimos aos serviços contratuais, em total conformidade com o artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

b) na remotíssima hipótese de ser outro o entendimento, a remessa da presente contrarrazão à autoridade imediatamente superior a fim de que esta a aprecie, conhecendo-a e dando-lhe provimento para que, demonstrada a ausência de fundamentos e respaldo fático do recurso interposto pela Recorrente, julgue-o **totalmente improcedente**, pelos fatos e fundamentos jurídicos aqui expostos.

- c) por fim, caso não haja acatamento das solicitações apresentadas, reserva-se o direito de recorrer aos Tribunais Pátrios para resolução da presente controvérsia.

Nesses termos,

Pede e espera deferimento.

Goiânia/GO, 23 de outubro de 2024.

**QUEBEC CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL S/A**

*(Neste ato representado por sua procuradora Tallitha de Oliveira Pires)*

*Eng. Civil/Resp. Técnico/ CREA-GO nº 1017766207D*

*CPF: 037.798.441-84/ Procuradora*

Este documento foi assinado digitalmente por Tallitha De Oliveira Pires  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> 443 e utilize o código E6DC-CD16-6468-2C0F.

QUEBEC AMBIENTAL S/A –Av. Olinda Qd. H4 Lt.01/03 Nº 960 – 23º andar – salas 2303/2307

Edif. Torre Comercial I Loteamento Park Lozandes – Goiânia – GO CEP: 74.884-120.

Este documento foi assinado digitalmente por Tallitha De Oliveira Pires  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br> 443 e utilize o código E6DC-CD16-6468-2C0F.

(62) 3246-0211/ 0099





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E6DC-CD16-6468-2C0F> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

**Código para verificação: E6DC-CD16-6468-2C0F**



### Hash do Documento

4B9072691A8254F127AF54A8D8311817AE0A63A0123CDD31C2F63A8F82821835

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/10/2024 é(são) :

☒ Tallitha De Oliveira Pires (Signatário) - 037.798.441-84 em

23/10/2024 12:42 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital

